

Entre Barras e Vitrines: Seu Júlio, trilhando entre o cárcere e o museu^a

Cynthia Caroline Espírito Santo Cavalcante^b



^aO presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

^bDoutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Arte da UERJ
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Correio electrónico: cynthiacavalcante@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4996-1884>

Recebido: 1 de maio de 2024. Aprovado: 7 de agosto de 2024. Emitido: 15 de dezembro de 2024

Resumo:

Este artigo examina a trajetória histórica da Ilha Grande, no Brasil, focando na figura de Seu Júlio Almeida, o último prisioneiro do Instituto Penal Cândido Mendes. A análise aborda a transformação da ilha de um local de confinamento e exploração escravista para um destino turístico e educativo, hoje reconhecido como Patrimônio Mundial da UNESCO. O estudo utiliza uma abordagem interdisciplinar, combinando história social, cultural e ambiental para discutir como a memória e a identidade local se entrelaçam com processos de preservação e turismo, destacando o papel do Estado e das instituições acadêmicas na construção de narrativas contemporâneas.

Palavras-chave: museu, cárcere, memória, turismo, patrimônio, identidade, história.

Between Bars and Showcases: Seu Júlio, navigating between prison and museum

Abstract:

This article examines the historical trajectory of Ilha Grande in Brazil, focusing on the figure of Seu Júlio Almeida, the last prisoner of the Cândido Mendes Penal Institute. The analysis addresses the island's transformation from a site of confinement and enslavement to a tourist and educational destination, now recognized as a UNESCO World Heritage Site. The study adopts an interdisciplinary approach, combining social, cultural, and environmental history to discuss how local memory and identity intertwine with processes of preservation and tourism, highlighting the role of the State and academic institutions in shaping contemporary narratives.

Keywords: museum, prison, memory, tourism, heritage, identity, history.

Entre barras y vitrinas: Seu Júlio, recorriendo entre la cárcel y el museo

Resumen:

Este artículo examina la trayectoria histórica de la Isla Grande, en Brasil, centrándose en la figura de Seu Júlio Almeida, el último prisionero del Instituto Penal Cândido Mendes. El análisis aborda la transformación de la isla de un lugar de confinamiento y explotación esclavista a un destino turístico y educativo, hoy Patrimonio Mundial por la UNESCO. El estudio utiliza un enfoque interdisciplinario, combinando historia social, cultural y ambiental, para discutir cómo la memoria y la identidad local se entrelazan con procesos de preservación y turismo, destacando el papel del Estado y las instituciones académicas en la construcción de narrativas contemporáneas.

Palabras clave: museo, cárcel, memoria, turismo, patrimonio, identidad, historia.

Entre a prisão e o saber

A Ilha Grande foi reconhecida como Patrimônio Mundial da Unesco no ano de 2019. Essa foi a primeira vez em que o Brasil se enquadrou na categoria de sítio misto, honraria concedida devido à importância cultural e natural da região. Todavia, em última análise, a preservação da Mata Atlântica, assim como a diminuta intervenção externa nas tradições culturais das comunidades caiçaras locais – em seus saberes e fazeres –, somente foi assegurada devido ao seu histórico de isolamento. Afinal, para garantir a segurança das instituições carcerárias sediadas na ilha por mais de um século, o Estado empregou diversos instrumentos para restringir, ainda que parcialmente, a visitação à ilha sem autorização prévia.

O legado ilhéu jaz circunscrito pela presença do povo sambaquieiro – cujas origens remontam há pelo menos três mil anos –, dos povos da etnia Tamoio, de piratas, de fazendeiros, de trabalhadores escravizados, de pescadores, de funcionários das fábricas de sardinha, dos servidores de dois presídios, de uma instituição de ensino e, finalmente, pela grande circulação de turistas – os quais, atualmente, são responsáveis pelo principal fluxo econômico que possibilita a sobrevivência financeira da população local.

Sua história, após as primeiras ocupações europeias, pode ser delimitada através de cinco distintos processos relacionados ao uso e destinação de seu território.

O primeiro, com início no ano de 1764 e término entre os anos de 1884 e 1886, foi marcado pelo tráfico e exploração de pessoas escravizadas, propiciando a substituição de grande parte da mata primária pelo cultivo da cana-de-açúcar, do café e do anil.

O segundo, com início a partir de 1884 e término no ano de 1913, aduz à presença na ilha do principal centro de quarentena sanitária do país, o Lazareto (inaugurado em 1886), donde eram realizadas inspeções nas embarcações com destino ao continente.

O terceiro, foi pautado pela presença de instituições carcerárias que perduraram em atividade por mais de um século (de 1894 até 1994); desde o Império – com a Colônia Correccional de Dois Rios (inaugurada em 1894 e, depois de diversos fechamentos e reaberturas, encerrada em 1940) –, até suas diversas remodelações na República – Colônia Agrícola do Distrito Federal (de 1940 até 1960), Colônia Agrícola do Estado da Guanabara (de 1960 até 1963) e Instituto Penal Cândido Mendes (de 1964 até 1994).

O quarto e o quinto processos, por fim, além de terem ocorrido de modo concomitante, são uma verdadeira ruptura com seu histórico atroz, pois envolvem a intensa presença do turismo (a partir de 1994) e o estabelecimento de um campus da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) naquele território (a partir de 1997).



Figura 1. Fachada do Museu do Cárcere, abril de 2024

Fonte: Foto de Cynthia Cavalcante

A estratégica localização geográfica foi o principal elemento que proporcionou tantos processos de reinvenção daquela ilha, especialmente ao interesse do Estado como esfera de poder, donde o seu isolamento natural se alinhava com aquela cultura do encarceramento forçado que perpassou o seu histórico. Uma dicotomia marcada pela exploração de uma natureza contemplativa, especialmente por sua paisagem exuberante e que induzia a um sentimento de liberdade, mas que, ao mesmo tempo, impunha limites na liberdade de ir e vir de muitos que a habitaram.

Contudo, a atual presença do Estado possui o tônus de remir aquelas memórias, pois sua representação não se dá mais pela força, mas por uma instituição de ensino cujo legado se desvela em sua inquietação vanguardista em promover as reparações históricas necessárias – p.ex.: com a instauração do primeiro sistema de cotas raciais do país (em 2001), onze anos antes da aprovação da Lei de Cotas (Brasil, 2012) –, visando amenizar, tardiamente, a desigualdade entre negros e brancos cujo gérmen pode ser encontrado, principalmente, naquele entreposto à facilitação do tráfico negreiro, motor do processo comercial de escravização, sediado no território da Ilha Grande.

Todavia, além do prisma estatal, os processos de transição que marcaram o histórico da Ilha Grande também podem ser vistos por outro ângulo. Nesse sentido, destacamos um importante personagem que fez parte daquele percurso: o Sr. Júlio Almeida. Conhecido como o último preso da Ilha Grande, pois, sua pena não foi extinta com a implosão do presídio de segurança máxima (o Instituto Penal Cândido Mendes, localizado em Vila Dois Rios), Seu Júlio, como era conhecido, fez parte dos três últimos processos de transição que compõem o histórico recente da Ilha Grande: o carcerário, que perdurou até a implosão do presídio; a explosão massiva de turistas na região (pois todo o mistério e proibição que rondavam o lugar, provocou uma verdadeira invasão de curiosos que queriam usufruir daquele

paraíso antes proibido); e, por fim, a reformulação da presença do Estado na região, através da implantação de um campus da UERJ.

Foi nesse contexto que Seu Júlio se tornou uma figura chave no processo de adaptação da instituição de ensino, pois atuava como mateiro em apoio aos pesquisadores. Ao mesmo tempo, apesar do contraste com a sua herança carcerária, foi uma figura doce e cativante, tornando-se um atrativo turístico para os visitantes que desejavam conhecer de perto o “Caldeirão do Diabo” (apelido dado ao Instituto Penal Cândido Mendes).

Sua vida, assim como a própria Ilha, foi marcada por aquela dicotomia que o dividia entre um homem reconhecido por seu nome (dotado de conhecimentos úteis à sociedade) e outro que somente era identificado por seu número de detento (ainda em dívida com o Estado). As adaptações que levaram aquela ilha escravagista e prisional a se transformar em um Patrimônio Mundial da Unesco também podem ser encontradas na história de transformação do Seu Júlio, de prisioneiro a patrimônio local. Esse elo é deveras profundo, a ponto de ambos assumirem o seu papel como objeto de visitação e admiração turística.

Seu Júlio se tornou um atrativo exótico mesmo após o fim de sua reclusão na cidade prisional, desvelando-se um ícone na experiência imersiva e inovadora da pequena vila como o preso de alta periculosidade que se redimiu. A criação dessa imagem sobre o outro esteve presente no imaginário dos turistas, em sua maioria estrangeiros, que visitavam Dois Rios ao longo dos anos. Seu Júlio, num ato performático, foi se adaptando às diversas categorias que aquela vila lhe oferecia e, como um ator, a cada novo ato, ele se conformava à representação, oferecendo de forma muito habilidosa tudo aquilo que a sua plateia queria ver e ouvir, em uma performance contínua e necessária, pois em seu âmbito temia por sua vida fora daquele ambiente ilhéu.

Ao longo do texto, abordaremos um panorama histórico desse território que sobreviveu por três séculos sob a perspectiva do confinamento e, apesar da implosão da arquitetura de dominação erguida ao longo dos séculos naquele local, superou a tentativa de apagamento daquele passado repressor. Assim, transitaremos desde a reclusão de pessoas escravizadas (no século XVIII), passando pela forte presença do Estado prisional, fundado na tese de reintegração dos corpos que se desviavam das regras oficiais instituídas (entre o final do século XIX e o final do XX), até o seu renascimento com a liberdade de acesso turístico e sua readaptação através do ensino, desaguando na nova perspectiva de Estado que incentiva a autonomia acadêmica àquele paraíso outrora servil.

Em paralelo, na transitoriedade entre o fim da repressão e o curso da curiosidade acadêmica, firmou-se a presença do Seu Júlio Almeida, sobrevivente do processo de transformação imposto ao território, adaptando-se e contribuindo com a reconstrução das memórias ilhoas as quais se funde.

No tempo da escravidão

No ano de 1726, quando a Ilha Grande passou a fazer parte do Estado Fluminense, era comum a utilização de seu território para o desembarque clandestino dos navios emprega-

dos no tráfico negreiro, promovendo intenso e ilegal comércio de pessoas escravizadas na região, especialmente nas enseadas de Palmas e Abraão. Devido ser uma área desabitada, o isolamento da região também favorecia as frequentes práticas de pirataria e de contrabando de mercadorias.

Desde o início de sua colonização, no ano de 1764, a prática de algumas atividades ilegais estrangeiras passou a ser dificultada por seus habitantes, os quais buscavam proteger suas terras. Porém, originalmente a região era coberta por Mata Atlântica primária, e sua substituição por áreas destinadas ao plantio exigia o emprego de mão de obra tanto para realizar o desmatamento, quanto para promover o cultivo das lavouras de cana-de-açúcar, de café e de anil. Contudo, para que essa transformação fosse possível, foi necessário o emprego de grandes quantidades de mão de obra escravizada, fazendo com que a região se tornasse um importante entreposto ao tráfico negreiro.

A ilha era composta por 17 vilas, cujas plantações ocupavam uma grande área que começava na várzea dos rios até o sopé das montanhas. A região era conhecida pela volumosa produção de açúcar e álcool nos nove engenhos localizados em Freguesia de Santana, Matariz, Sítio Forte, Praia da Longa, Praia de Dois Rios, Enseada de Palmas, Enseada das Estrelas e Abraão (Schnoor, 2012, p. 243). Dentre aqueles engenhos, o localizado na região da Vila Dois Rios se destacava pela intensa produção de cana-de-açúcar e café, atraindo a cobiça dos corsários, principalmente franceses, que por mais de uma vez, sem sucesso, tentaram saquear a antiga Fazenda Dois Rios, de propriedade do Comendador Antônio da Cunha Barbosa Guimarães.

Após as ameaças da Inglaterra acerca da interrupção de negócios com o Império Brasileiro caso o tráfico negreiro não fosse extinto – fato que, devido sua localização estratégica para o contrabando de pessoas escravizadas, forçou a marinha brasileira a realizar inspeções rotineiras na Ilha Grande –, o comércio ilegal passou a ser acobertado e promovido pelos fazendeiros ilhéus. Dentre esses, o Comendador Antônio da Cunha Barbosa Guimarães, proprietário da Fazenda Dois Rios, foi denunciado pelo jornal “O Grito Nacional” por sua deletéria atuação como um dos maiores traficantes de escravos do país (Mello, 1987; Santiago, 2009).

Segundo relatos de viajantes que passaram pela região – com especial destaque ao “relatório Alcoforado” (Pessoa, 2017) –, a Fazenda Dois Rios era bem estruturada e chamava a atenção pela qualidade das suas construções, inclusive de suas senzalas (área em que, normalmente, a qualidade era delegada a segundo plano). Nada obstante, a mão de obra escravizada era empregada em todas as suas atividades: da produção agropecuária, passando pela construção civil, até a proteção do território contra saques e invasões. Registros apontam que desembarcaram naquela fazenda um total de 20.473 africanos escravizados, entre 1836 e 1850 (apenas no ano de 1839, p.ex., foram 2.308 pessoas), indicando a grandiosidade das suas estruturas (Pessoa, 2017, p. 14).

Ademais, desde o final do século XVIII, os registros pastorais enalteciam a boa qualidade das construções contidas na Fazenda Dois Rios, condições que ratificavam a potencialidade de uso de suas instalações para outras finalidades (Mello, 1987).

No ano de 1884, após o falecimento de ambos os irmãos Guimarães (Comendador Antônio da Cunha Barbosa Guimarães e José Joaquim Guimarães), o Império Brasileiro adquiriu a Fazenda Dois Rios e terras na Vila do Abraão – a Fazenda do Holandês e um terreno na da Praia da Bica –, visando a construção de um grandioso complexo sanitário na região: o Lazareto (hospital de quarentena que servia para evitar a contaminação da população do continente pelas epidemias que assolavam o mundo). Com essas aquisições, foram extintas as principais fazendas que promoviam o escravagismo e serviam de entrepostos ao tráfico negreiro no sudeste do Brasil. Porém, poucos anos depois, essa atrocidade foi definitivamente fulminada com a promulgação da Lei Áurea (em 1888), que reconheceu a prática escravista como um ato ilegal e proibido em todo o país.

O fim daquelas fazendas também deu início ao processo de regeneração natural da flora da região, combalida após dois séculos de intenso desmatamento voltado à viabilidade das pastagens e do cultivo do café, da cana-de-açúcar e do anil (Brito, 2001, p. 56).

Além do Lazareto, as edificações pertencentes à antiga Fazenda Dois Rios foram aproveitadas para o funcionamento da primeira instituição carcerária da Ilha Grande, a Colônia Correccional de Dois Rios (Santiago, 2009). Dentre as edificações reaproveitadas, destaca-se a Casa Grande (como administração e residência do diretor), as senzalas (ampliadas e transformadas em celas) e o grande armazém (transformado, hoje, no Museu do Meio Ambiente).

Remanescente do período colonial, resta como uma das edificações mais antigas da Ilha Grande, atualmente, apenas o antigo armazém da Fazenda Dois Rios (originalmente denominado como tulhas). Durante o período carcerário (1894-1994), essa construção passou de armazém a presídio feminino (e, também, de menores de idade). Posteriormente, passou a funcionar como local de depósito de materiais, zeladoria, carpintaria e barbearia, além de diversas oficinas voltadas ao trabalho nas instituições carcerárias que se sucederam no local.

A decadência da escravidão no Brasil deu azo ao persistente estímulo do governo pela ampliação de sua política imigratória. Esse incentivo refletia o seu desinteresse pelo acolhimento social ou econômico dos homens e mulheres negras, ex-escravizados. Contudo, sem recursos, aquela população marginalizada pelo Estado voltaria a habitar a Ilha Grande em seu terceiro processo de destinação do território ilhéu, ao longo do século, marcado por suas prisões. Todavia, não voltariam mais como escravizados, mas igualmente flagelados, pois prisioneiros.

O lazareto

No final do século XIX, o império adquiriu três áreas de terras na região da Ilha Grande, dentre elas estavam: a Fazenda do Holandês – localizada na Vila do Abraão, onde posteriormente foi construído o Lazareto –; um terreno na praia da Bica – também localizada na Vila do Abraão, demarcado para a construção de um pequeno hospital de isolamento –; e a Fazenda Dois Rios – a qual se tornaria responsável pelo abastecimento da água e de animais do Lazareto.

A construção do Lazareto começou no ano de 1884 e prolongou-se por dois anos, sendo inaugurado apenas em 1886. Com sua localização isolada e estratégica, na Vila do Abraão, funcionava como um porto de triagem obrigatória para todas as embarcações que pretendessem aportar nas terras continentais, evitando a transmissão de doenças ao restante da população. Pouco depois de sua inauguração, a epidemia de cólera que afetava a América Latina fez com que a demanda por seus serviços fosse rapidamente expandida, tornando-o o mais importante hospital de quarentena sanitária de toda a região (título que preservou até o encerramento de suas atividades, no ano de 1913).

Suas amplas instalações e recursos possibilitavam o isolamento e desinfecção até mesmo das cargas transportadas, caso estivessem contaminadas.

O Lazareto funcionava, principalmente, como um local de quarentena, muito embora possuísse um hospital auxiliar para cuidados primários ou emergenciais de menor gravidade. Como regra, os doentes que demandassem maiores cuidados deveriam ser transferidos para outros locais, externos e distantes de suas edificações. Para tanto, havia enfermarias flutuantes capazes de suprir essas demandas específicas.

A preocupação com a qualidade e eficácia dos serviços prestados pelo Lazareto era tamanha que até mesmo o governo republicano, no ano de 1893, visando ampliar o volume de fornecimento de água às suas instalações, construiu um aqueduto e uma represa na região especificamente para atender às suas demandas com maior agilidade e eficiência.

Desde seus primeiros anos, o Lazareto ficou conhecido como um importante ponto de referência às grandes embarcações, especialmente àquelas que chegavam da Europa, pois passavam por uma criteriosa inspeção a fim de impedir que doenças adentrassem no país, evitando que as epidemias vitimassem à saúde pública (Santos, 2007, p. 1.175).

Sua edificação poderia receber até 500 pessoas de uma só vez. Seus alojamentos foram inspirados em celas prisionais, visando garantir a máxima segurança sanitária, tendo como objetivo prioritário impedir a fuga de algum interno antes de findo o período de sua quarentena. Outrossim, suas instalações também possibilitavam a separação dos atendidos conforme as suas classes sociais, de modo que a sociedade hierarquizada do Império pudesse ter garantido o atendimento consoante aos seus privilégios.

Sua relevância no cenário mundial era motivo de orgulho para o Império, tanto que ao deixar o Brasil (em 1889), Dom Pedro II declarou em seu caderno de viagem que a família imperial atracou na Ilha Grande à espera dos demais entes para seguirem rumo ao exílio na Europa, porém, ele aproveitou para realizar sua última visita às instalações do Lazareto (Vianna, 1966, p. 35).

O Lazareto funcionou por 27 anos (de 1886 até 1913), ininterruptamente, e, durante todo aquele período, calcula-se que atendeu ao somatório de 4.377 embarcações. Alguns anos após a sua desativação (na década de 1930), o local passou a funcionar como um presídio para presos políticos, integrando o sistema prisional que isolou a Ilha Grande por mais de um século. Em 1962, o grande complexo sanitário do Lazareto foi desativado e implodido, restando apenas ruínas que atualmente são muito visitadas por turistas, alunos e pesquisadores (Santos, 2007, p. 1.192).

No tempo do presídio

Após o fechamento do Lazareto, no ano de 1913, suas edificações somente foram reativadas durante a ditadura do governo Vargas (na década de 1930). Naquela época, suas instalações foram convertidas em presídio destinado ao encarceramento exclusivo dos presos políticos. Essa disrupção perdurou até o governo de Carlos Lacerda (no início da década de 1960), quando o antigo Lazareto foi desativado e, na sequência, destruído; restando apenas suas ruínas como referência da construção pretérita (Ramos, 2020).

Noutro ponto da Ilha Grande, a antiga Fazenda Dois Rios, adquirida pelo império desde 1884, foi transformada na Colônia Correccional de Dois Rios (inaugurada no ano de 1894).

Em 1896, dois anos após a sua inauguração, o local foi fechado por falta de recursos financeiros. Naquele curto período, a Colônia utilizou as instalações da antiga fazenda, além de restaurar o prédio da administração e a antiga senzala (que passou a ser utilizada como enfermaria e farmácia). A Colônia somente seria reinaugurada no ano de 1903, porém seu funcionamento era precário, levando a uma nova adequação das instalações no ano de 1907, além de inspeções e reformulações em suas estruturas administrativa e arquitetônica, nos anos de 1912 e 1914.

O objetivo da colônia era a recuperação dos presos, especialmente daqueles que eram pegos perambulando pela capital federal (considerados um perigo para a sociedade).

Com a reformulação do código penal pelo governo republicano, algumas espécies de penas foram extintas, dentre elas: a prisão perpétua, os açoites e as penas de morte. Por outro lado, pessoas em situação de rua, bêbados, vadios e capoeiras, se mantinham como espécies de crimes previstos no código penal, cujas penas seriam cumpridas em instituições correccionais. Malgrado, aquelas tipificações penais, em última análise, eram apenas manobras do Estado para ocultar o resultado de sua própria incompetência ao deixar de prover meios de sobrevivência para todo um contingente de negros e negras desamparados após a abolição do regime escravocrata praticado no país.

Não sem razão, assim como hoje, a maioria da população que integrava o sistema correccional era composta por negros recém-libertos ou por seus descendentes. Naquele esforço por invisibilizar os corpos negros marginalizados pela omissão e inércia estatal, crianças de qualquer idade, além de mulheres que não tivessem meios de subsistência, eram frequentemente enviadas à Dois Rios pela prática daqueles crimes tipificados em fôrmulas personalizadas (ou moldes), especialmente para enquadrar os integrantes da população negra, pois desprezados pelo Estado (Santos, 2004, p. 146).

Nada obstante, parte significativa da população carcerária provinha da imensa quantidade de pessoas libertadas da escravidão havia poucos anos antes, os quais foram atirados na rua sem qualquer indenização ou condições que lhes garantisse uma vida digna ou distante da miséria. Estima-se que aquele contingente de mão de obra negra liberta foi preterido por cerca de 3.400.000 imigrantes europeus que chegaram ao Brasil entre os anos de 1871 e 1920, quantidade que se equiparava ao número de homens e mulheres que adentraram o país como escravizados nos 350 anos antecedentes (Bento, 2002, p. 62).

Durante praticamente todo o século XX, a Vila Dois Rios foi ocupada por instalações carcerárias orientadas pela eugenia e pelas perseguições políticas.

Importantes pesquisadores e intelectuais ficaram encarcerados naquele período, como o ornitólogo Helmut Sick e o escritor Graciliano Ramos, que relatou seus dias de prisão através de sua obra-prima: *Memórias do Cárcere* (Ramos, 2013). Na década de 1960, presos comuns passaram a dividir as celas com os presos políticos – que lutavam contra a ditadura empresarial-militar da época. Naquelas instalações ficaram presos Fernando Gabeira e Nelson Rodrigues Filho, além de inúmeros outros ativistas que se opunham ao regime de exceção.

Esse infeliz histórico carcerário da Ilha Grande somente foi extirpado quando, na década de 1990, o governador do Estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, determinou que as instalações do presídio de segurança máxima (Instituto Penal Cândido Mendes) fossem implodidas. O objetivo do Governador era o de apagar todos os rastros de violência que marcaram a região ilhoa.

Foi aquele momento que inaugurou para a região da Ilha Grande a possibilidade de se tornar um dos mais importantes atrativos turísticos do Estado. Alguns anos depois, as instalações que restaram do antigo presídio implodido foram ocupadas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), dando continuidade aos ímpetus descritos por Leonel Brizola acerca da releitura de todas as heranças atrozadas que por mais de 300 anos promoveram vasta espécie de restrição às liberdades naquele paraíso, seja por encarceramento, seja por escravidão (Rocha, 2018, p. 26).

No tempo do saber e do turismo

A população da Ilha Grande, acostumada com a presença do presídio e o isolamento imposto pelas limitações de segurança, preservou uma cultura tradicional que lhes possibilitava viver da pesca, do plantio de mandioca para a produção de farinha, da agricultura, da pecuária e do extrativismo de subsistência – inclusive com a retirada de árvores como guapuruvu para a construção de canoas, seu principal meio de transporte à época.

Todavia, a partir de 1994, findo o isolamento ilhéu fruto da extinção das atividades prisionais na localidade (marcado pela implosão do Instituto Penal Cândido Mendes), a região rapidamente se transformou em um requisitado polo turístico. As populações tradicionais que ali habitavam, os povos Caiçara, viram seus quintais invadidos por turistas aflitos para desbravar aquele paraíso ecológico recém-autorizado ao seu desfrute (Prado, 2003, p. 208).

Em reação, a fim de preservar a região de futuras depredações, foram publicadas novas leis de proteção ambiental que provocaram uma verdadeira mudança no cotidiano da população local. Essas novações legislativas, ao mesmo tempo que almejavam a preservação, também limitaram a forma de vida dos povos Caiçara, impedindo-lhes de manter seu sustento senão abraçando o turismo como fonte de renda. Assim, muitas das antigas casas de sardinha, ao longo dos anos, foram transformadas em pousadas, bem como muitos pes-

cadores abriram os próprios negócios – sejam os pequenos restaurantes, sejam as áreas de camping. Todo o modo de vida da população local foi transformado, fazendo com que o turismo se tornasse a principal fonte de renda da população ilhoa (Prado, 2003, p. 208).

A Vila do Abraão, considerada a capital da Ilha Grande, sofreu o maior impacto pela invasão desordenada do turismo, remodelando significativamente a paisagem local. Ao contrário das demais vilas, o número de pousadas e de outros estabelecimentos, como: restaurantes e lojas, é gritante no Abraão, tornando nítido o impacto dessa atividade produtiva quando comparado com outras vilas ou praias da região. O número de moradias também surpreende, e, diferente de alguns anos atrás, é muito comum passear por suas ruas e se deparar com turistas brasileiros e/ou de diversas outras nacionalidades que passaram a frequentar com regularidade ou estabeleceram residência naquela localidade (Mendonça, 2010, p. 3).

Por outro lado, a Vila Dois Rios é conhecida como um paraíso resguardado. Por se tratar de uma área de proteção ambiental, é terminantemente proibido aos turistas pernovernarem naquela vila. Do mesmo modo, a construção de pousadas ou qualquer outro tipo de equipamento turístico é desautorizada. Ainda assim, a Vila Dois Rios se tornou um grande atrativo a ser desbravado pelos diversos entusiastas que se dedicam a uma longa caminhada – em um percurso de aproximadamente 8 km – pela única estrada da região (ligando a Vila Dois Rios à Vila do Abraão). Construída pelos presos da Colônia Correccional na primeira metade do século XX, atravessando o maciço da Ilha Grande para ligar a porção oceânica à continental, a estrada de Dois Rios não se revela um obstáculo capaz de suprimir a curiosidade daqueles turistas que pugnam pela experiência de conhecer as lendas e histórias que adornam aquela antiga cidade prisional. Saliente-se que a maioria daqueles turistas são estrangeiros e chegam ávidos por contemplar tanto as belezas naturais do lugar, quanto as ruínas da imponente construção do antigo presídio (Alevato, 2010, p. 13).

Concomitante a essa invasão turística, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) se instalou em Vila Dois Rios, passando a ser cessionária das instalações remanescentes do Instituto Penal Cândido Mendes. A presença de uma instituição de ensino em um ambiente com vasto histórico de atrocidades foi um verdadeiro desafio, especialmente para os primeiros pesquisadores que se dedicaram àquela empreitada. Apesar de a UERJ somente ter passado a ocupar a região a partir de 1998, com a instalação do Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (CEADS), suas atividades de preservação e sustentabilidade tiveram início alguns anos antes, através da iniciativa de vários de seus pesquisadores que se deslocaram àquele campus avançado visando realizar estudos e pesquisas dedicados àquela região ilhoa (Alevato, 2010, p. 13).

Aqueles vanguardistas pesquisadores se embrenhavam pelas matas para investigar o que a região havia conservado. Porém, para que muitas daquelas pesquisas pudessem avançar, era imprescindível o suporte fornecido pelos moradores locais (mateiros), cuja intimidade com a mata da região permitia reconhecer e mapear a fauna e flora ilhoa. Esses guias, muitos deles anônimos até então, garantiam agilidade e segurança para que os pesquisadores pudessem localizar com mais facilidade as diversas espécies nativas da região que compunham o cerne de seus estudos.

Ocorre que, após os contatos iniciais e a desinibição consequente, alguns daqueles mateiros (ex-funcionários do presídio), sem cerimônia, contavam sobre as atrocidades que costumavam empregar contra os detentos sob sua guarda. Eram relatos sobre torturas e fugas, além de detalhar sobre a caça aos fugitivos que se embrenhavam nas matas da região (buscas que, muitas vezes, duravam dias, cujo término era marcado pela recaptura dos presos). Elementos que, sob a ótica acadêmica, impunham à UERJ dispor de meios para melhor se dedicar à pesquisa daquelas narrativas históricas sobre o território (Santos, 2003, p. 281).

Nesse contexto, em outubro de 2007, foi criado o Ecomuseu Ilha Grande. Seus objetivos principais se concentravam na preservação, investigação e divulgação de mecanismos de promoção do meio ambiente, da história e da vida sociocultural da ilha. Até 2009, essa instituição museal foi dirigida pela socióloga Myriam Sepúlveda que, juntamente com o museólogo Mário Chagas – atual diretor do Museu da República –, idealizaram o Ecomuseu como o modelo de instituição museal mais viável para ser adotado na ilha, pois, desse modo, toda a comunidade poderia ser integrada e participar de sua concepção – diferentemente do modelo adotado em um museu tradicional, no qual as decisões ficam exclusivamente a cargo do curador (Miranda, 2015, p. 44).

Contudo, embora esteja localizado em Vila Dois Rios, o território de atuação do Ecomuseu é toda a região da Ilha Grande. Naquela área, fomenta ações de estímulo à educação informal, além de contribuir com a preservação da cultura e patrimônio locais, promovendo a conscientização sobre a importância de preservar suas riquezas naturais e imateriais (Cavalcante, 2017, p. 120 -121).

No que concerne ao patrimônio imaterial, à preservação das memórias, inúmeros projetos se dedicam ao reavivamento das tradições caiçaras, bem como à manutenção das lendas e histórias que perpassam aos diversos tipos de habitantes e instituições que funcionaram naquela ilha. Porém, no presente ensaio, destacaremos apenas as memórias sobre aquele indivíduo cuja história de adaptação e exploração refletem a mais derradeira transição da história ilha, o Seu Júlio.

Seu Júlio Almeida

Júlio Almeida foi o último prisioneiro do Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande. Pouco antes da desativação e demolição do presídio, no ano de 1994, ele ganhou sua liberdade condicional, porém, decidiu cumprir o restante de sua pena no mesmo local em que esteve preso por quase metade de sua vida, ou seja: na Vila Dois Rios, cuja população de pouco mais de 100 pessoas, em alguma medida, é vinculada à história daquele presídio que hoje jaz tomado pela vegetação (Dutra de Araújo, 2010, p. 9).

O encarceramento do Seu Júlio naquela unidade prisional remonta ao ano de 1958, quando foi levado ao antigo Lazareto, posteriormente chamado Colônia Penal Cândido Mendes, de onde conseguiu fugir duas vezes. Na primeira, foi pego quando estava em uma canoa rumo ao continente. Na segunda, ficou meses foragido, até ser preso novamente após

cometer um crime. Contudo, em seus anos de liberdade condicional, ele sequer sabia informar o cômputo total de sua condenação ou se a sua pena havia sido aumentada em algum momento. Ele apenas afirmava haver cometido “crimes de honra”, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, mas não entrava em detalhes sobre sua vida passada. Em 1994, com o fim do presídio, Seu Júlio passou a morar com sua esposa na Vila Dois Rios, onde formou sua família. Embora livre, a sua sentença por homicídio e roubo somente foi extinta, em definitivo, vinte anos mais tarde, no ano de 2014 (Rocha, 2018, p. 34; França, 2014).

Seu Júlio carregava consigo os estigmas do bom e mau selvagem. Redimido à sociedade como um espécime exótico e apto a ser contemplado pelo olhar do outro, do estrangeiro, fundia-se através dos instrumentos de seu trabalho como mateiro ou como artesão, assim como em seu lazer como musicista, com a simbologia de sua novel humanização. Desse modo, fez-se legitimado por seus ofícios como um indivíduo pertencente àquele lugar, todavia, viu-se preso ao papel que lhe foi atribuído pelo visitante, o qual exigia contemplar sua encenação diuturnamente.

Representando seu personagem, conseguiu sobreviver de um modo muito curioso, quiçá performático, pois necessitava se adaptar às adversidades e categorias que aquele território lhe proporcionou, em cada um dos momentos históricos em que lutou por sua sobrevivência. Com uma performance natural, cuja capacidade de adaptação era admirada e notada pelos gestores públicos com os quais conviveu, desvelava sua fácil conformação às exigências e roteiros cênicos de cada um daqueles ambientes de trato social.

Os roteiros, como as narrativas, pegam o corpo e colocam dentro de uma moldura [...] e geram uma distância crítica importante entre o ator social e o personagem. Quer seja uma questão de representação mimética (um ator assumindo um papel) ou de performatividade, de atores sociais assumindo padrões regulados de comportamento adequado [...]. (Taylor, 2013, p. 93)



Figura 2. Júlio Almeida diante das panelas da cozinha do antigo presídio, mediando uma turma de graduação do curso de História da UERJ, julho de 2012

Fonte: Foto de Gelsom Rozentino

Em sua trajetória pela sobrevivência, Júlio Almeida, um homem negro, pobre e agora detento, teve de se adequar às intempéries que guiaram a maior parte de sua vida. Essa interseccionalidade o transformou em um verdadeiro atrativo turístico. Ele não era uma pessoa comum, mas um homem que carregava a dualidade de ser conhecido por seu nome de batismo, em detrimento do número que o marcaria para sempre como o último preso da Ilha Grande. E foi exatamente sua condição social, racial e suas habilidades de adaptação, que lhe renderam atributos suficientes para se tornar um patrimônio cujo papel performático seria explorado dentro daquele território chamado: Vila Dois Rios.

Durante os anos em que cumpriu sua pena – antes de 1994 –, Seu Júlio era identificado como um colono livre. Esse conceito, embora inexistente no código penal, era regularmente adotado no Instituto Penal Cândido Mendes. Assim como ele, diversos outros presos tinham regalias, incluindo a possibilidade de, apesar de legalmente presos, viverem com suas famílias em casas construídas fora dos muros da instituição prisional.

Normalmente, aqueles colonos livres eram prisioneiros de confiança do diretor do presídio. Essa talvez tenha sido a primeira oportunidade ofertada ao Seu Júlio para que cumprisse o roteiro designado à sua encenação à sociedade fora dos cubículos das celas. Afinal, embora preso por grades invisíveis, devia se manter em seu papel de prisioneiro. Segundo relatado em entrevista concedida por seu filho caçula, André Almeida, Seu Júlio sempre teve privilégios que normalmente eram exclusivos dos funcionários, como guardas e agentes penitenciários, abaixo transcrita:

Eu morei primeiro em frente ao casarão, ele conseguiu através do diretor. O diretor que na época liberava as casas para guarda, através de ofício, o diretor tinha essa responsabilidade de dar a casa ou não. Ele estava vivendo uma outra vida, com família e tal, ele ainda estava na condicional. As casas realmente foram construídas para os funcionários do presídio. As favelinhas eram casinhas dos internos, os colonos livres, mas meu pai só morou aqui. O filho de preso se dava com filho de polícia, não tinha rixa. Meu pai ficou em evidência por ter mais contato com o diretor. Meu pai tinha o benefício também, seria uma cesta básica do Estado, mas ele também tinha o direito de ganhar, acho que era só pra funcionário [*sic*]. (Almeida, 2024)

Durante muitos anos, Seu Júlio foi considerado uma pessoa de extrema confiança e respeito – dentro e fora da cadeia. Tanto foi assim que ele foi designado para assumir a função de cozinheiro na residência do diretor prisional, onde vivia com sua esposa e filhos. O fato de os crimes do Seu Júlio terem sido cometidos com o mesmo instrumento usado nos preparativos culinários (facas), não abalou a confiança que nele foi depositada.

Dentro da cadeia, apesar da voz mansa e do jeito pacato, sempre que necessário o Seu Júlio impunha respeito através da força, agredindo outros presos violentamente, inclusive em ocasiões carentes de motivos plausíveis. Afinal, consoante às leis do cárcere, o respeito somente se conquista com brutalidade, conforme relatou:

Vi muita foiçada no pescoço, machadada na cabeça, a troco de nada. Eu mesmo dei uma bordoadada na cabeça de um com uma cadeira só porque ele foi me levar café na cama. [...] Deixei esperar a hora do pátio. Tinha um caixote de botar lixo. Plantei o caixote na cabeça dele. Ele foi para o hospital e eu para o castigo. (Santos, 2018, p. 185)

Esses roteiros, ou atos performáticos realizados por ele, serviram para garantir que as testemunhas legitimassem o respeito conquistado pela violência, escondida por trás daquele homem aparentemente pacato. Tal repertório lhe propiciou que essas informações fossem arquivadas ou registradas, de modo a lhe conceder, no futuro, outros privilégios advindos pela visibilidade, ou seja: aquele roteiro o fez se reinventar e lhe proporcionou uma ligação entre o passado e o futuro (Taylor, 2013, p. 97).

Mas, afinal: Seu Júlio era um homem violento que encenava confiança e tranquilidade? Ou era um homem tranquilo que encenava violência para poder sobreviver?

Seja como for, é fato que essa invenção de si lhe proporcionou ter uma vida relativamente tranquila enquanto cumpria sua pena naquele presídio de segurança máxima. Conquistou sua casa, uma família, se tornou um pescador e um grande conhecedor de plantas medicinais e da flora local. Cabe salientar que, segundo Gelsom Rozentino de Almeida, historiador e atual diretor do Ecomuseu Ilha Grande, essa expertise sobre a flora local foi adquirida graças à sua boa interação com as freiras da Pastoral Carcerária que atuavam naquela instituição (Almeida, 2023).

Seu aparente apaziguamento se encorpava como recuperação aos padrões julgados como corretos pela sociedade. Nele se encontra o gérmen de sua “humanização”, agora legitimado pelo olhar do público representante de uma nova categoria, a Universidade.

A presença da Universidade lhe proporcionou nova adequação, dessa vez incorporando um personagem que instigasse a curiosidade acadêmica, seja com os conhecimentos práticos que possuía, seja com suas histórias, pois ambas as qualidades desafiavam os pesquisadores. Em última análise, foram aqueles professores de uma instituição de ensino superior que passaram a legitimar o Seu Júlio, enquanto cumpria sua pena, como um dos elos à exploração científica daquele território desconhecido, pois necessário para abrir caminho pela mata com o mesmo instrumento de ofício que outrora lhe conduziu ao encarceramento, o seu facão (Xavier, 2009, p. 5).

Segundo a professora Cátia Callado, atual coordenadora do Parque Botânico, núcleo do Ecomuseu Ilha Grande, adentrar na mata, descobrir espécies, mapear a área eram atividades que os pesquisadores somente poderiam exercer com a presença e auxílio de um nativo. Porém, apesar de o Seu Júlio não ter nascido naquela ilha, como viveu naquele ambiente a maior parte de sua vida, ele poderia ser considerado como tal. Foi assim que o Seu Júlio se tornou um importante guia e mateiro oficial dos funcionários e pesquisadores da UERJ, inclusive acompanhando diversas turmas e professores da graduação em seus trabalhos de campo (Callado, 2024).

Em 2010, a partir de oficinas livres oferecidas para a comunidade, o Ecomuseu Ilha Grande garantiu ao Seu Júlio a incorporação de nova persona ao seu repertório: a de artesão. Estimulado a trabalhar com madeira, aprimorou seu olhar a partir da prática de oficinas fomentadas à comunidade. Enxergava nos galhos encontrados no meio da mata formas figurativas e abstratas, além de produzir pequenos barcos de madeira com sua pequena faquinha, instrumento de trabalho sempre presente (Rocha, 2018, p. 66). Segundo o filho primogênito de Seu Júlio, Julinho, como é conhecido em Vila Dois Rios, desde o período em que permaneceu preso, seu pai já dominava com destreza a arte de esculpir peças

de madeiras, porém com cunho mais utilitário, como cajados e cabos de martelo (Almeida Filho, 2023). A presença do museu auxiliou o desabrochar de um olhar mais bem apurado. Como consequência, ele havia se transformado em um preso escultor.



Figura 3. Seu Júlio como artesão do Ecomuseu Ilha Grande, maio de 2013

Fonte: Foto de Gelsom Rozentino



Figura 4. Uma das peças de madeira esculpidas pelo artesão, setembro de 2013

Fonte: Foto de Gelsom Rozentino

Essa relação de um preso que atuava em parceria com a universidade chamou a atenção da imprensa, levando à produção de vasta matéria pela BBC. A divulgação midiática construiu um novo personagem para o Seu Júlio, tornando-o em um espécime raro que os visitantes anseiam por ver, interagir e levar consigo em memória. Assim, o novo patrimônio ilhéu, aquele atrativo turístico humano, passou a ser conhecido como o último preso da Ilha Grande (Almeida, 2014).

O Seu Júlio esculpido pela reportagem não era apenas um preso flagelado, mas uma persona raríssima, pois o último preso da Ilha Grande. As vantagens dessa publicidade foram rapidamente percebidas, convertendo-se em estímulo ao consumo de suas peças artesanais, as quais foram encaradas pelo público como um reflexo do exotismo daquele personagem, promovendo o seu ofício e remunerando os seus esforços como fonte complementar de renda, confirmando, portanto, que “tão logo conseguimos ver descobrimos que também podemos ser vistos”, fazendo com que o “olhar do outro combina-se ao nosso para nos integrar ao mundo visível de modo inteiramente crível” como sujeitos de nossas próprias existências (Berger, 2023, p. 16).



Figura 5. Seu Júlio voltando da pesca, maio de 2013

Fonte: Foto de Gelsom Rozentino

Porém, a visibilidade do exótico é cíclica, atraindo diversas outras reportagens para retratar outros ângulos daquela excentricidade. Com isso, pessoas de todo o mundo passaram a conhecer aquele personagem, ansiando por visitar o Presídio/Museu a fim de conhecer aquele indivíduo que se redimiou e cujos conhecimentos adquiridos naquele território foram fundamentais ao processo de humanização aprovado pelo olhar do outro.

Segundo Geertz, os símbolos culturais são essenciais para a existência humana, estabelecendo-se como um fator primordial para o indivíduo, ainda que, em sua representação coletiva, se encontre e se firme no mundo como ornamento de sua existência:

O homem precisa tanto de tais fontes simbólicas de iluminação para encontrar seus apoios no mundo porque a qualidade não-simbólica constitucionalmente gravada em seu corpo lança uma luz muito difusa. [...] Não dirigido por padrões culturais – sistemas organizados de símbolos significantes – o comportamento do homem seria virtualmente ingovernável, um simples caos de atos sem sentido e de explosões emocionais, e sua experiência não teria praticamente qualquer forma. A cultura, a totalidade acumulada de tais padrões, não é apenas um ornamento da existência humana, mas uma condição essencial para ela – a principal base de sua especificidade. (Geertz, 1989, p. 233)

Esse personagem, patrimônio da Vila Dois Rios, jaz atualmente eternizado pelo Ecomuseu na exposição “Seu Júlio: E Assim Sucessivamente...”¹, incorporada ao acervo permanente do Museu do Cárcere. Nessa perspectiva, mais uma vez o Júlio Almeida foi enjaulado naquele espaço no qual, um dia, adentrou como criminoso, contudo, redimido em elogiosa homenagem. Infelizmente, Seu Júlio faleceu no ano de 2018, pouco antes de sua exposição ser inaugurada.

1 Disponível no site do Ecomuseu Ilha Grande: http://www.ecomuseuilhagrande.uerj.br/Expo_SR_Julio.html.

Seus apoios no mundo, suas raízes, foram fincadas em Vila Dois Rios, onde esposa e filhos ainda moram. O filho caçula, André Almeida, trabalha no Ecomuseu Ilha Grande como mediador dos espaços expositivos, especialmente na exposição em homenagem a seu pai. Júlio Almeida Filho é vigilante da Vila Dois Rios e tem o papel de proteger as instalações da universidade, além de manter a ordem local. Monique, sua filha mais velha, também trabalha como vigilante e se casou com o filho de um importante policial do antigo presídio, unindo duas famílias completamente antagônicas dentro desse cenário. Portanto, os netos do Seu Júlio compartilham de histórias quase improváveis vividas por seus avós: de um lado, um ex-condenado, de outro, um policial militar.

A eternização de seus feitos, em última análise, desvela a exploração daquele personagem que o próprio Ecomuseu contribuiu com o amoldamento, através de um processo de legitimação, de construção, de remissão aos padrões aceitos pela sociedade. Os quais, em cada época, possuem modos de olhar que se modificam, cujas obras e objetos são estudados e percebidos de formas diferentes. Essa nova maneira de revelar elementos confere vez a novos desdobramentos e interpretações sobre o que vemos e como vemos; onde os objetos adquirem diferentes e fundamentais significados para compreendermos a realidade e cultura de um determinado local (Knauss, 2016, p. 6).



Figura 6. Passatempo, tocando violão nas horas vagas, junho de 2012

Fonte: Foto de Gelsom Rozentino



Figura 7. Passatempo, tocando trompete nas horas vagas, abril de 2012

Fonte: Foto de Gelsom Rozentino

No longo percurso de sua vida, Seu Júlio foi um contador de histórias, um artesão, um violonista, um saxofonista, um pescador, um fazedor de rede de pesca e, por fim, que-
dou transmutado em atrativo turístico ímpar, por sua condição de condenado. Outrossim,
aquele patriarca da única família de pretos que vivia na Vila Dois Rios foi um homem que
teve toda a sua vida cumprida atrás das grades, sejam daquelas fixadas às paredes das celas,
sejam àquelas que se invisibilizaram no território ilhéu, desde que foi promovido à condi-
ção de colono livre.

Contudo, aquelas grades invisíveis mantêm-se existentes até então, pois foram elas
que o legitimaram como atrativo turístico, como patrimônio ilhéu, como objeto museal
permanentemente exposto para suprir a curiosidade do público como principal atrativo
naquele cenário paradisíaco.

Considerações finais

A história da Ilha Grande, envolta pela natureza triunfante e isolada, se confunde com a
trajetória de vida de Seu Júlio Almeida, eternizado como o último preso da Ilha Grande.
Essa metamorfose pessoal reflete a própria evolução da Ilha Grande, de um passado mar-
cado pela escravidão e pelo confinamento carcerário, para um presente celebrado como
Patrimônio Mundial Cultural e Natural da Unesco.

O domínio da natureza exuberante e da cultura local foram elementos que Seu Júlio
se apropriou, tomando-os para si como ferramentas de sobrevivência.

A presença do Estado, amparado pela universidade, que chegou para cumprir seu
papel cívico no que tange à pesquisa e educação pública, entrelaça-se com o percurso de
seu Júlio, um homem condenado por seus crimes e que se “redimiou”, acompanhando o
processo de mudança daquele território que também buscava reparação de seu passado
de dor e violência.

Com a presença do Ecomuseu em Vila Dois Rios, que diferente dos museus tradicio-
nais tem seu espaço territorial definido por características ambientais e culturais (Almeida,
2011, p. 746), legitimou-se naquele território a presença emblemática de Seu Júlio como
atrativo a céu aberto, numa dicotomia entre o confinado e o confinador, mostrando cla-
ramente o poder do Estado enquanto dominador, todavia, que foi se metamorfoseando
dos espetáculos sobre um paraíso antes proibido e que provocava o imaginário coletivo, na
realidade de liberdade e autonomia acadêmicas.

A cidade prisional se tornou um grande complexo cenográfico, no qual o museu tem
papel primordial como contador das histórias que insiste em reconstruir, inclusive através
da recuperação arquitetônica outrora destruída pelo Estado. Esse é o caso do Seu Júlio Al-
meida, restaurado, confinado e eternizado como parte essencial e permanente do acervo
a ser preservado, personagem que fulgura como centro daquele grande espetáculo ilhéu,
restando ao museu cumprir o papel de difundir suas memórias, gravadas na superação do
cárcere pela liberdade, para todos do mundo.

Referências bibliográficas

- Alevato, Gabriela Machado, et al. "As especificidades dos ambientes insulares: meio ambiente e cultura – Estudo de caso do Ecomuseu Ilha Grande – UERJ". *Interagir: pensando a extensão*, no. 15 (2010): 11-18.
- Almeida Filho, Júlio de. Entrevista por Cynthia Cavalcante. "A vida de Seu Júlio em Vila Dois Rios". *Acervo Ecomuseu Ilha Grande*. 12 de dezembro de 2023.
- Almeida, André de. Entrevista por Cynthia Cavalcante. "A vida de Seu Júlio em Vila Dois Rios". *Acervo Ecomuseu Ilha Grande*. 20 de abril de 2024.
- Almeida, Gelsom Rozentino de e Ricardo Gomes Lima. "Ecomuseu Ilha Grande: ecologia de saberes". Em : *XI Congreso Iberoamericano de Extensión Universitaria, integración, extensión, docencia e investigación para la inclusión y cohesión social*, coordinado por Gustavo C. M. Menéndez, 746-747. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2011. https://www.unl.edu.ar/iberoextension/archivos/libro_congreso_ebook.pdf.
- Almeida, Gelsom Rozentino de. Entrevista por Cynthia Cavalcante. "Seu Júlio Almeida no tempo da Universidade". *Acervo Ecomuseu Ilha Grande*. 12 de dezembro de 2023.
- Almeida, Júlio de. Entrevista por Gibby Zobel. "Último preso da Ilha Grande conta dias para fim da pena". *BBC News Brasil*. 27 de agosto de 2024. https://www.bbc.com/portuguese/videos_e_fotos/2014/08/140822_video_ilhagrande_abc.
- Bento, Maria Aparecida. *Pactos narcísicos no Racismo. Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. Tesis doctoral, USP, 2002.
- Berger, John. *Modos de ver*. Rio de Janeiro: Editora Fosforo, 2023.
- Brasil. Lei nº 12.711/2012. "Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências". Presidência da República. 29 de agosto de 2012. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm.
- Brito, Flávio d'Assumpção. "Estudos das transformações sócio-ambientais na Ilha Grande/RJ. Uma abordagem sobre o turismo". Tesis maestría, UFF, 2001. http://arquivos.proderj.rj.gov.br/inea_imagens/downloads/pesquisas/PE_Ilha_Grande/Brito_2001.pdf.
- Callado, Cátia Henriques. Entrevista por Cynthia Cavalcante. "Júlio Almeida como guia nos trabalhos de campo das botânicas". *Acervo Ecomuseu Ilha Grande*. 20 de abril de 2024.
- Cavalcante, Cynthia, Ricardo Gomes Lima y Thereza Christina de Almeida Rosso. "Iniciativas socioculturais para a preservação do meio ambiente na Ilha Grande, RJ". *Interagir: pensando a extensão*, no. 24 (2017): 119-132.
- Dutra de Araujo, Carolina. "A invenção da Ilha Grande: a influência do Instituto Penal Cândido Mendes na turistificação local". *Caderno Virtual de Turismo*, vol. 10, no. 2 (2010): 1-12.
- França, Renan. "Depois de 32 anos, último 'preso' da Ilha Grande aguarda liberdade definitiva". *O Globo* (edição Rio), 14 de setembro de 2014. <https://oglobo.globo.com/rio/depois-de-32-anos-ultimo-presos-da-ilha-grande-aguarda-liberdade-definitiva-13931435>.
- Geertz, Clifford. *A Interpretação da Cultura*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1989.
- Knauss, Paulo e Marize Malta (Orgs.). *Outros objetos do olhar: história e arte*. Niterói: LABHOI/UFF, 2016.
- Mello, Carl Egbert Hansen Vieira de. *Apontamentos para servir à história fluminense: Ilha Grande, Angra dos Reis*. Angra dos Reis: Conselho Municipal de Cultura, Prefeitura de Angra dos Reis, 1987.
- Mendonça, Teresa Cristina de Miranda. *Que paraíso é esse? A turismização da Ilha Grande*. Tesis doctoral, UERJ, 2010.
- Miranda, Viviane Bernardes dos Santos e Thereza Christina de Almeida Rosso. "Ecomuseu ilha Grande: uma unidade que congrega ambiente e cultura". *Revista de Educação, Ciências e Matemática*, vol. 5, no. 1 (2015): 41-48.

- Pessoa, Thiago Campos. "Alcoforado como guia: os negócios negreiros no litoral do Vale do café (c.1831-c.1853)". Em: *XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas*, editado por Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 1-20. Niterói: UFF/ABPHE, 2017. [https://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/11%20Alcoforado%20como%20guia%20os%20neg%C3%B3cios%20negreiros%20no%20litoral%20do%20Vale%20do%20caf%C3%A9%20\(c.1831-c.1853\).pdf](https://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/11%20Alcoforado%20como%20guia%20os%20neg%C3%B3cios%20negreiros%20no%20litoral%20do%20Vale%20do%20caf%C3%A9%20(c.1831-c.1853).pdf).
- Prado, Rosane Manhães. "As espécies exóticas somos nós: reflexão a propósito do ecoturismo na Ilha Grande". *Horizontes Antropológicos*, ano 9, no. 20 (2003): 205-224.
- Ramos, Diana. "Quarentena e isolamento: o Lazareto de Ilha Grande, construção do Império para viajantes e imigrantes". *Biblioteca Nacional*. 20 de abril de 2020. <https://antigo.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/04/quarentena-isolamento-lazareto-ilha-grande-construcao>
- Ramos, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.
- Rocha, Rosana Gomes dos Santos. *Ecomuseu Ilha Grande: sustentabilidade, cidadania e resistência*. Tesis maestría, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2018.
- Santiago, Ana Maria de Almeida et. al. "História da ilha grande e patrimônio cultural". Em *O ambiente da Ilha Grande*, coordinado por Pereira, Marcos Bastos y Cátia Henriques Callado, 299-369. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável, 2009.
- Santos, Myrian Sepúlveda dos. "A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da era republicana". *TOPOI*, vol. 5, no. 8 (2004): 138-169.
- Santos, Myrian Sepúlveda dos. "História e Memória: o caso Ferrugem". *Revista Brasileira de História*, vol. 23, no. 46 (2003): 271-295.
- Santos, Myrian Sepúlveda dos. "Lazareto da Ilha Grande: isolamento, aprisionamento e vigilância nas áreas de saúde e política (1884-1942)". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 14, no. 4 (2007): 1.173-1.196.
- Santos, Myrian Sepúlveda dos. *Quatro histórias, duas colônias, uma ilha. Memórias das prisões da Ilha Grande – 1940 a 1970*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2018.
- Schnoor, Eduardo Cavalcanti. *Escravos e cidadãos na Ilha Grande: a alvorada republicana demorou a chegar*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 19 (2012): 243-258. <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/484HpCzjvRKT8dLLXrtVft>.
- Taylor, Diana. *O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas*. Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- Vianna, Hélio. *D. Pedro I e D. Pedro II: acréscimos às suas biografias*. Vol. 330. São Paulo: Companhia Editorial Nacional (Editora Brasileira), 1966. <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/378/1/330%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>.
- Xavier, Thais Ferreira. *Do território do cárcere ao território de proteção da natureza: conflitos no Parque Estadual da Ilha Grande, Angra dos Reis (RJ)*. Tesis maestría, UERJ, 2009.